

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Isaac Turiano Sales

RESUMO

A educação continuada no Brasil é um tema de grande relevância para a melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica (EB). Um estudo recente teve como objetivo compreender as lacunas existentes no processo de desenvolvimento e efetivação das políticas públicas nacionais de formação continuada para os professores da EB. A pesquisa identificou desafios significativos, incluindo a falta de financiamento adequado, a falta de coordenação entre os diversos níveis de governo e a necessidade de maior envolvimento dos educadores no planejamento e implementação dessas políticas. Concluiu-se que para avançar na promoção da educação continuada no Brasil, é essencial superar esses obstáculos e investir de maneira mais eficaz na capacitação dos professores, a fim de elevar os padrões educacionais e proporcionar um futuro melhor para os alunos do país.

Palavras-chave: Educação Básica; Formação; Ensino.

ABSTRACT

Continuing education in Brazil is a topic of great relevance for improving the quality of teaching in Basic Education (EB). A recent study aimed to understand the gaps that exist in the process of developing and implementing national public policies for continuing education for EB teachers. The research identified significant challenges, including a lack of adequate funding, a lack of coordination between different levels of government, and the need for greater involvement of educators in the planning and implementation of these policies. It was concluded that to advance in the promotion of continuing education in Brazil, it is essential to overcome these obstacles and invest more effectively in teacher training, in order to raise educational standards and provide a better future for the country's students.

Keywords: Basic Education; Training; Teaching.

RESUMEN

La educación continua en Brasil es un tema de gran relevancia para mejorar la calidad de la enseñanza en la Educación Básica (EB). Un estudio reciente tuvo como objetivo comprender las brechas que existen en el proceso de desarrollo e implementación de políticas públicas nacionales para la educación continua de docentes de EB. La investigación identificó desafíos importantes, incluida la falta de financiación adecuada, la falta de coordinación entre los diferentes niveles de gobierno y la necesidad de una mayor participación de los educadores en la planificación e implementación de estas políticas. Se concluyó que para avanzar en la promoción de la educación continua en Brasil, es fundamental superar estos obstáculos e invertir más efectivamente en la formación de docentes, con el fin de elevar los estándares educativos y brindar un mejor futuro a los estudiantes del país.

Palabras clave: Educación Básica; Capacitación; Enseñando.

INTRODUÇÃO

A formação dos professores que atuam na Educação Básica brasileira tem sido amplamente debatida no cenário acadêmico, nas associações científicas e em demais áreas sociais, porém, ainda se apresentam percalços que envolvem as políticas ideais e efetivas para o desenvolvimento desse processo. Nesse contexto, o tema da formação docente, na contemporaneidade, representa um dos grandes desafios enfrentados pela gestão pública deste país (OLIVEIRA; LEIRO, 2019).

De acordo com Geglio (2015), as políticas para professores estão sendo prioridade nas agendas nacionais, com o objetivo de desenvolver profundas mudanças econômicas e sociais que poderão melhorar a escolarização de jovens e adultos. Tratando-se de um contexto mundial, sabe-se que países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2006) se comprometeram a trabalhar para promover a melhoria da qualidade da educação em seus países, apesar do Brasil não fazer parte da OCDE, algumas implementações vem ocorrendo no sistema educacional, visando principalmente a formação dos professores.

Segundo Dourado (2008, p. 893), as políticas voltadas para a educação envolvem “processos de sua regulação e regulamentação, bem como a proposição e materialização das ações e programas direcionados aos sistemas educativos”. Nesse sentido, é necessário pensar na extensão territorial do Brasil e suas respectivas particularidades, mas também evidenciar a responsabilidade do Estado em desenvolver práticas efetivas para a regulamentação e aplicabilidade dessas políticas.

Ainda nesse sentido, entende-se que a articulação entre diferentes níveis e modalidades de ensino é considerada um dos principais eixos da profissão docente, e continua sendo o trabalho com os saberes escolares que envolvem âmbitos envolvidos em normas, valores e conhecimentos com vistas à sua aquisição pelas novas gerações (SOARES, 2014).

Para compreender esta problemática, a pesquisa buscou desenvolver aspectos que perpassam pelo Plano Nacional de Educação (PNE), percepção dos pesquisadores sobre a temática e, ainda, a formação do professor que atua na modalidade do Ensino a Distância (EAD), com o objetivo de compreender as lacunas envolvidas no processo de desenvolvimento e efetivação das políticas públicas nacionais de formação continuada para professores da Educação Básica (EB).

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a política educacional tem como marco traços de seletividade e dualidade desde os primórdios. O exemplo, na escola foi vivenciado dois diferentes modelos educacionais: um destinado à classe burguesa chamada acadêmica e o segundo primário atendia as classes com menor poder aquisitivo com os chamados cursos profissionalizantes. Tal fato esclarece a contenção da expansão do sistema educacional, e ainda da estagnação social no Brasil. A existência de modelos para diferentes classes (ricos e pobres), na sua essência não era suficiente para impedir a mobilidade social, agregando a ela, em especial aos acadêmicos os custos para provimento e manutenção dos estudos, enquanto que no primário pouco se aproveitava na prática diária dos conhecimentos aprendidos, o que veio a desestimular os envolvidos.

Com o surgimento da classe média, e com ela a exigência do espaço na sociedade, a educação ganhou destaque como forma de vislumbrar uma progressão social maior. Apesar da mudança ocasionada no sistema educacional brasileiro com a introdução de uma nova classe a realidade não mudou consistentemente, aos trabalhadores de classe mais humilde era oferecida escolaridade mínima, restrita apenas ao ensino fundamental e para os de primeira classe era oferecida educação com extensão no ensino superior realizados em sua grande maioria na rede privada, o que confirma o pensamento exposto anteriormente.

Pesquisas mostram a relevância do estudo por perpassar a contribuição científica, possibilitando a abertura das discussões sobre a temática com grande importância para o desenvolvimento social, político e econômico do nosso país. Uma vez que possibilitará novas reflexões a respeito da formação inicial e continuada dos professores, do uso das tecnologias e das Políticas Educacionais que consequentemente refletirá na formação dos alunos.

Sobre esta perspectiva Frigotto (2007) destaca no artigo 'A relação da Educação Profissional e tecnológica com a universalização da Educação Básica' um resultado de uma pesquisa sobre os sujeitos do ensino médio e a relação quantidade na educação básica e debates sobre as políticas de educação básica, bem como a reinteração das determinações estruturais da sociedade brasileira ao afirmar que o projeto de capitalismo dependente, permite entender o elevado grau de analfabetismo adulto, como também a não universalização e a baixa qualidade da educação básica e a concepção da formação profissional no que diz respeito à adaptação aos objetivos do mercado.

Afirmando Frigotto ao colocar que :

Diferentes elementos históricos podem sustentar que, definitivamente, a educação escolar básica (fundamental e média), pública, laica, universal, unitária e tecnológica, nunca se colocou como necessidade e sim como algo a conter para a classe dominante brasileira. Mais que isso, nunca se colocou, de fato, até mesmo uma escolaridade e formação técnico – profissional para a maioria dos trabalhadores, a fim de prepará-los para o trabalho complexo que é o que agrega valor e efetiva competição intercapitalista (FRIGOTTO, 2007, p. 1135- 1136).

Mais a frente, o autor, numa perspectiva atual propõe uma educação não dualista, articulando cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho, como direito de todos. O que nos permite citar Castro (2007) ao definir políticas públicas como “um conjunto de programas e ações do Estado, com o objetivo de atender as necessidades e aos direitos educacionais da população brasileira”.

O que se espera é a implantação de programas, com parcerias dos Estados e municípios, sob as determinações do Ministério da Educação, oferecendo laboratórios compatíveis com os cursos, biblioteca para pesquisa, existência de tutores presenciais, objetivando o atendimento destes professores sem a devida qualificação possam ter acesso a uma formação inicial e continuada de qualidade.

Oliveira (2009) esclarece que a,

Formação inicial e continuada de qualidade e profissionalização docente devem constituir-se em políticas orgânicas, no contexto de colaboração entre união, estados e municípios. Além disso, é preciso estabelecer ações colaborativas e articuladas entre instituições formadoras, sobretudo universidades públicas, secretarias de educação e escolas, na definição e implementação de programas de formação inicial e continuada (OLIVEIRA, 2009, p. 54).

Vindo a reforçar o exposto anteriormente e contribuindo com a colocação,

Professores qualificados, críticos e autônomos podem contribuir mais efetivamente na construção de novas práticas e paradigmas curriculares que objetivem a universalização de uma escola de qualidade para todos (OLIVEIRA, 2009, p. 54).

O PNE (Plano Nacional de Educação) dedica quatro de suas 20 metas aos professores: prevê formação inicial, formação continuada, valorização do profissional e plano de carreira. Para que se tenha uma dimensão do trabalho que o país tem pela frente, entre os 2,2 milhões de docentes que atuam na educação básica do país, 24% não possuem a formação adequada, conforme dados do Censo Escolar 2014. “Se nós não cuidarmos dos professores da educação básica, estamos fadados a continuar tendo dados educacionais de baixo nível”, afirma a pesquisadora Bernardete Gatti, vice-presidente da Fundação Carlos Chagas.

O cenário contrasta com a meta número 15 do PNE, que prevê que todos os professores da educação básica tenham formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área em que atuam. Para Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a formação inicial no país ainda é muito frágil. “Ela é insuficiente em relação às demandas das próprias leis brasileiras”, afirma. Cara explica que para se aproximar das metas é preciso começar a tratar o plano como prioridade.

Dentro das medidas adotadas no primeiro ano de vigência do PNE, em julho de 2015, foram divulgadas as novas diretrizes para a formação de professores, elaboradas pelo CNE (Conselho Nacional de Educação). O documento aumenta o tempo mínimo de formação para os cursos de licenciatura, que passam de 2.800 para 3.200 horas. Além disso, os cursos deverão contar com mais atividades práticas, aproximando os futuros professores do cotidiano da escola. As novas diretrizes tentam lidar com um dos principais gargalos da formação de professores no país: a articulação entre teoria e prática. Segundo Paula Weiszflog, coordenadora geral de pós-graduação e extensão do Instituto Singularidades, de São Paulo, muitos profissionais saem da universidade com o domínio do conteúdo, mas com pouca base didática. “Ele [professor] chega na sala de aula totalmente despreparado porque não sabe como passar aquele conteúdo que viu”.

Para Miguel Thompson, diretor da mesma instituição, a experiência de alunos na universidade ainda está muito concentrada no lado acadêmico. “Elaborar um paper se tornou mais importante do que fazer um plano de aula. Essa questão tem que ser debatida”, ressalta, ao mencionar que algumas licenciaturas estão formando biólogos, físicos e matemáticos, mas não professores de biologia, física e matemática.

Bernardete Gatti, da Fundação Carlos Chagas, avalia que a situação requer medidas que vão além de ajustes. “Nosso grande problema é fazer uma espécie de revolução na formação de professores”. Segundo a pesquisadora, as licenciaturas não estão estruturadas para formar um professor. “Elas não formam bem nem no conhecimento específico e nem nas didáticas e práticas de ensino necessárias para uma atuação nas escolas. “Além das questões envolvendo o ambiente universitário, a falta de diálogo com a realidade da escola é outro fator apontado como fonte de dificuldades para os professores recém-formados que ingressam nas redes de ensino. Jorge Carvalho, secretário de Educação do Estado de Sergipe e coordenador do eixo prioritário Planos de Carreiras no CONSEd (Conselho Nacional de Secretários de Educação), diz que durante esse processo habilidades necessárias para a prática docente acabam ficando de lado. “As universidades, de modo geral, estão oferecendo licenciaturas que muito se assemelham a um bacharelado. Elas estão muito preocupadas em formar pesquisadores.” Segundo ele, a

sociedade deve fazer um pacto sobre o tipo de professor que se quer formar.

Anna Helena Altenfelder, superintendente do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), defende que a formação inicial deve preparar um professor para ser capaz de ler a realidade do seu aluno, ter empatia com a comunidade e, além de dominar os conteúdos, saber como ensinar. No entanto, ela pondera: “Não adianta reformular os currículos dos cursos de pedagogia ou licenciaturas, se a própria postura e concepção dos professores formadores dentro das universidades não mudar.”

Assim como se fala sobre o uso de novas metodologias na educação básica, as instituições formadoras devem transformar a sua forma de ensinar. “Há uma pedagogia dentro da universidade que precisa ser refeita e aberta. Há formadores fechados, achando que ainda cabe ensinar dentro do modelo que aprenderam”, destaca a pesquisadora Valeska Maria Fortes de Oliveira, da ANPED, ao mencionar que, para criar referências para o futuro professor, é importante usar a homologia dos processos, ou seja, aplicar na sua formação as mesmas práticas pedagógicas que deverão utilizar com seus alunos.

A necessidade do professor se atualizar é hoje mais do que um desejo pessoal, é uma demanda social e profissional. A busca docente por formação continuada é intensa. No entanto, não pode ser suprida somente de forma presencial. Fatores como limitação de tempo, ausência de espaços adequados para formação de grandes grupos, dispersão geográfica e até mesmo a oferta de profissionais que possam ministrar, são exemplos de barreiras encontradas no processo. Com isso, a formação realizada em ambientes virtuais de aprendizagem ganha cada vez mais expressão e representa um caminho possível de atendimento às demandas atuais. Onde podemos introduzir a partir deste momento a política de formação para professores da Educação básica na modalidade à distância (EaD).

CONCEITOS DE CULTURA E EDUCAÇÃO E SUAS CORRELAÇÕES

É possível definir, de imediato, um conceito de cultura que abranja algumas indagações já que diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos.

Para Santos (1986), cultura pode ser remetida a duas interpretações básicas: “A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade. A segunda refere-se “... mais especificamente ao

conhecimento, às idéias e crenças, como às maneiras como eles existem na vida social”. Neste caso observa-se uma ênfase no saber construído, nas práticas sociais. Santos compreende que ambas as interpretações podem revelar realidades estanques, paradas.

A discussão hoje sobre cultura expressa muito mais a idéia de algo dinâmico, de assimilação, produção e manifestação de indivíduos e, particularmente, de coletividades que elaboram saberes, através de suas práticas sociais. Sua origem latina revela tais características.

Cultura é palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino *colere*, que quer dizer cultivar. Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e a usaram para se referir ao refinamento pessoal, e isso está presente na expressão cultura da alma (SANTOS, 1986).

A sociedade contemporânea permite, ao fazermos leituras críticas sobre as práticas sociais, compreender a existência de diferenças de culturas como também discriminações culturais. Nesse sentido a cultura pode servir a interesses individuais e de poder, criando , inclusive, formas de aculturação.

É por isso que Gramsci (1990) delega uma grande responsabilidade à escola formal, “como sendo a preparação pré-profissional e a formação cultural; não é sem importância que essa última venha indicada, não apenas como capacidade de pensar e estudar, mas também como capacidade de dirigir e de controlar a que dirige, excluindo assim toda educação subalterna, toda sociedade dividida em dirigentes e dirigidos”.

É importante entendermos, neste momento, que cultura e educação se confundem e essa relação é histórica. E nesse sentido não podemos deixar de expressar preocupação com as políticas culturais e educacionais na história dos povos e o papel que essas políticas tiveram e têm hoje na sociedade capitalista.

Apple (2000) considera a existência de cultura hegemônica² no interior das escolas capitalistas. “Trata-se de uma ferramenta essencial para desnudar alguns dos modos pelos quais poderes diferentes circulam e são usados na educação e na sociedade mais ampla.”

Nessa lógica entendemos que a educação a distância irá expressar, na teoria e na prática educativa, relações culturais e de poder.

Como foi expresso anteriormente, a educação e a cultura, ao longo da história humana, revelam relações profundamente intrínsecas, muitas das vezes construindo ou reproduzindo práticas sociais .

Saviani (1994) tem defendido algumas idéias que se aproximam de leituras gramscianas.

Para Saviani, a escola, hoje, expressa profundas contradições porque atende as classes sociais e elas se encontram no interior da própria escola, atingindo todos os níveis de escolaridade.

Como vivemos numa sociedade capitalista, essa escola, segundo Saviani (1994), surge “com a divisão dos homens em classes. Essa divisão da sociedade coloca os homens em antagonismo, uma classe que explora e domina outra. Atingimos, com a sociedade capitalista, o máximo de desenvolvimento da sociedade de classes”. Saviani entende, ainda, que essa escola de elite termina dividindo também o saber, o conhecimento. Para a escola da elite a prioridade é a formação intelectual, ficando, apenas, os conteúdos das habilitações profissionais para a classe trabalhadora.

A história da educação nos faz admitir a grande influência dos gregos no trato com a educação formal. Se buscarmos a raiz conceitual da palavra educação, são evidenciadas duas origens que, de certa forma, vêm contribuindo para traçar políticas econômicas e para a formulação de práticas educativas: *educatio*, entendida como a “criação dos filhos, a instrução e a doutrina” e *educere*, com uma conotação mais profunda, como “fazer sair, tirar de uma situação”.

Nesse caminhar na história, é importante dizer que entendemos que a educação na modernidade se confunde com a instituição escola e o seu papel educativo se estenderá generalizando-se e, algumas vezes, descaracterizando-se.

Para Saviani (1994), isto se dá porque o “trabalho foi, é e continuará sendo o princípio educativo do sistema de ensino em seu conjunto. Determinou o seu surgimento sobre a base da escola primária, o seu desenvolvimento e diversificação e tende a determinar, no contexto das tecnologias avançadas, a sua unificação”.

Para D’Ambrosio (1999), Educação “é o conjunto de estratégias desenvolvidas pelas sociedades para: a) possibilitar a cada indivíduo atingir seu potencial criativo; b) estimular e facilitar a ação comum, com vistas a viver em sociedade e exercer a cidadania”.

Com outras palavras, Demo (1998) introduz o conceito de educação “...como processo de constituição histórica do sujeito, através do qual torna-se capaz de projeto próprio de vida e de sociedade, sentido individual e coletivo”.

Nessa perspectiva, a Educação não pode ser pensada do ponto de vista da construção do conhecimento isolado, nem pode ser voltada para determinadas categorias de cor, raça, credo.

Apesar de o século vinte ser interpretado, por alguns historiadores, como o século dos

avanços sociais e tecnológicos, nesse século acelera-se a miséria, a violência, a fome. É, pois, o século em que essas contradições ficaram evidenciadas, revelando também o discurso contraditório da educação como a “redentora da humanidade” .

Clay (1999) traz para reflexão esse antagonismo cultural via Educação, quando na prática esta tem servido muito mais para aculturar povos ou nações. “Como resultado de conflitos entre nações e estados, os povos indígenas perderam terras, língua e liberdade.”

Formação do professor na modalidade EAD

Nas últimas décadas, tomou um impulso com o uso de tecnologias tradicionais de comunicação como o rádio, a televisão estes associados aos materiais impressos enviados pela Agência de Correios e telégrafos, o que favoreceu a disseminação e a democratização do acesso à educação em diferentes níveis, permitindo com isso o atendimento de grande massa dos alunos, nos dias atuais é marcada pela utilização de plataformas virtuais e rede de acesso a computadores. Para a utilização de tais recursos, conta-se com a presença do professor para elaborar os materiais instrucionais e planejar as estratégias de ensino e com um tutor encarregado de ajudar o aluno em suas tarefas ou orientá-lo em suas dúvidas.

Alves e Nova (2003) quando tratam sobre as políticas públicas educacionais as autoras colocam que:

Pouco a pouco, percebe-se que as políticas públicas educacionais em praticamente todos os países ocidentais, já começam a definir posicionamentos mais claros e detalhados sobre o assunto, incentivando muitas vezes o surgimento de programas de educação à distância (ALVES & NOVA, 2003, p. 01 e 02).

Neste sentido, pensar em educação a distância no contexto atual exige (como as autoras afirmam) de nós educadores, uma reflexão bem mais ampla, que englobe o repensar dos próprios conceitos de educação e tecnologia, de forma integrada, no sentido de criar propostas pedagógicas que incorporem as potencialidades que as novas tecnologias, em especial a de suporte digital, trazem para o processo coletivo de construção do conhecimento, completando:

Compreendemos que a Educação a distância como uma modalidade de ensino-aprendizagem, possibilitada pela mediação dos suportes tecnológicos digitais e de rede, seja esta inserida em sistemas de ensino presencial, mistos ou complementemente realizada por meio da distância física (ALVES & NOVA, 2003, p. 03).

Castro (2007) complementa destacando que:

A EaD visa atender, de forma efetiva e com qualidade, a grandes contingentes de pessoas que procuram por formação, aperfeiçoamento e atualização profissional

continuada e permanente (ALVES & NOVA, 2003, p. 149).

Onde é possível concorda com as autoras anteriores, na afirmação:

A EaD é hoje considerada uma modalidade de ensino regular que utiliza a mediação de diferentes linguagens, como a escrita, a imagem e a informática (ALVES & NOVA, 2003, p. 150).

Destacamos a relevância da formação continuada do profissional da educação justificando que ela propicia uma maior articulação de ideias e experiências, a integração do conhecimento e a efetivação de novas práticas pedagógicas. Faz-se necessário a iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de formação em nível de graduação e pós-graduação de forma consorciada.

Ao implantar os polos da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Assim, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as metrópoles.

Nessa abordagem a EaD, ensinar é organizar situações de aprendizagem, planejar e propor atividades, identificar as representações do pensamento do aluno, atuar como mediador e orientador, fornecer informações relevantes, incentivar a busca de distintas fontes de informações, realizar experimentações, provocar a reflexão sobre conceitos, além de propiciar a aprendizagem significativa do aluno. Fazendo uso de ambientes virtuais é possível romper com as distâncias espaço-temporais e viabilidade a interatividade, recursividade entre outros facilitadores.

Quando nos referimos a conceituação da Educação a distância podemos citar Maia (2007,p.6), ao esclarecer que “É uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”. No que atenta à formação do professor da educação básica, na modalidade a distância, podemos citar Alves e Nova (2003) ao fazer referência a expansão da modalidade,

A educação a distância (EaD) vem se tornando, ao longo dos últimos anos, uma

discussão fundamental para quem está refletindo sobre os rumos da educação em uma sociedade cada vez mais interconectada por redes de tecnologia digital (ALVES & NOVA, 2003, p. 01).

Diante do pensamento das autoras, a Educação à distância “ vive um momento de transformação no cenário educacional, de amplitudes ainda desconhecidas, que necessita ser analisado e discutido” (2003, p. 01).

Dourado (2008), no artigo “Políticas e gestão da Educação Superior a distância: novos marcos regulatórios?” Traz uma problemática quanto às políticas e gestão atuais para a educação básica e superior, dando enfoque aos novos marcos regulatórios do processo expansionista com especial realce para a educação a distância no setor público. Onde não poderíamos deixar de fazer referência a afirmação apresentada por ele:

O cenário educacional traduz a realidade desigual e combinada do Estado brasileiro, com enorme descompasso entre os diferentes níveis e modalidades de educação no que diz respeito ao acesso (DOURADO, 2008, p. 893).

Aguiar (2009) como Dourado (2008) também destaca no artigo política de formação de professores para a educação básica no Brasil: mudanças na agenda uma outra contribuição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 1996 foi quanto ao ensino superior.

Proporcionou o arcabouço jurídico-legal para tal expansão, ao dispor que as instituições de Ensino Superior (IES), quanto à organização acadêmica, passaram a abranger universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores (AGUIAR, 2009, p. 136).

Aguiar ao discutir a redefinição do lócus de formulação da política de formação de professores posicionando sua opinião quanto a formação dos professores como indispensável para o alcance das metas propostas, considerando o quadro deficitário de professores no país, cita a oferta nos cursos na modalidade a distância como uma política preferencial.

Cabe citar Moreira (2009) ao tratar da Formação de professores: da regulação à autonomia. Quando coloca “que a formação de professores tem ocupado lugar de destaque no cenário das discussões, decisões e políticas oficiais” (2009, p.121)

Anos depois em 1992, foi criada a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância na estrutura do Ministério da Educação e, a partir de 1995, a Secretaria de Educação a Distância (SEED). Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases (1996), houve um incentivo à criação de sistemas cuja base era o ensino individualizado, como a EAD (art. 80). Mesmo com

a aprovação da LDB e a criação da Secretaria de Educação a Distância, o governo não assumirá uma política para a EAD nem investirá nesta modalidade, a exemplo dos programas apoiados, o PROFORMAÇÃO, Salto para o Futuro, Telecurso 2000 e cursos de Licenciatura a distância. Nos dias atuais, o Ministério da Educação aposta nesta modalidade para qualificar em nível superior os professores na educação básica, atendendo a um dispositivo da própria LDB (como citamos anteriormente).

Na perspectiva da formação dos professores da educação básica tem como proposta: PROINFO Integrado, Universidade Aberta do Brasil, PROINFANTIL, mídias na educação, formação pela Escola. O sistema Universidade Aberta é integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância.

O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. Foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País".

Fomenta a modalidade de educação à distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Maia (2007) esclarece a diversidade de recursos utilizados e traz um breve resgate histórico reforçando o apresentado anteriormente:

A EAD, entretanto, desde seu nascimento tende a combinar diversos materiais, como impressos, áudios, vídeos, multimídias, internet e videoconferência. O sistema UAB foi criado em 2005 e oficializado pelo Decreto n. 5.800 (de 08 de junho de 2006) como 1 consórcio de Instituições públicas de Educação Superior, Estadual e municípios, coordenado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (MAIA, 2007, p. 43).

Foi possível vislumbrar ao longo do artigo traços relevantes da política educacional brasileira, bem como a expansão da formação dos educadores na modalidade à distância. Faz-se relevante destacar que ao pensar políticas para a modalidade EaD é preciso a garantia das reais condições da oferta, corpo docente qualificado, projeto político pedagógico estruturado e

acompanhamento presencial por tutores. E como bem destaca Dourado (2008) acerca do posicionamento a ser tomado:

Construir um sistema nacional de formação de professores (...) que, ao invés de fomentar a segmentação e superposições das políticas para a formação inicial e continuada, contribua para o estabelecimento de parâmetros básicos nacionais a serem garantidos nas diferentes instituições de ensino, nos diversos cursos e modalidades (DOURADO, 2008, p. 910).

Ou seja, que possa garantir uma base comum. Além de analisar os exemplos de sucesso, objetivando uma consolidação de ações e experiências bem sucedidas.

Diante das referências aqui apresentadas, é possível destacar que pensar globalmente as políticas para formação de professores emerge a implantação de um sistema aberto, flexível e comprometido com a proposta nos estimulando a realizar essa pesquisa.

CONCLUSÃO

A importância da educação continuada para os professores da educação básica é inquestionável. Em um mundo em constante evolução, é essencial que os educadores estejam atualizados com as últimas tendências pedagógicas, tecnológicas e sociais para proporcionar uma educação de qualidade aos seus alunos. A educação continuada não apenas fortalece as habilidades e conhecimentos dos professores, mas também os inspira a inovar em suas práticas de ensino, adaptando-se às necessidades em constante mudança das crianças e jovens em sala de aula.

No entanto, o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para promover a educação continuada dos professores é um desafio complexo. Questões como financiamento adequado, acessibilidade a programas de formação de qualidade e a criação de incentivos para que os educadores participem ativamente dessas iniciativas são percalços significativos. Além disso, a burocracia e a falta de coordenação entre os diversos órgãos governamentais muitas vezes dificultam a implementação eficiente dessas políticas, deixando muitos professores sem acesso às oportunidades de desenvolvimento profissional que merecem.

Para garantir uma educação de alta qualidade na educação básica, é fundamental que as políticas públicas se concentrem na superação desses obstáculos. Investir na formação contínua dos professores não só beneficia os educadores individualmente, mas também tem um impacto direto na qualidade da educação oferecida aos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do século XXI e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo. Portanto, é imperativo que governos e instituições educacionais trabalhem em conjunto para

desenvolver políticas eficazes que promovam a educação continuada dos professores e garantam um futuro mais promissor para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil 1995- 2000. *Educação & Sociedade* 100, Campinas. São Paulo, out. 2007, p. 857-876.
- CLAY, J. W. 1999. *The Futurist*. Ed. The World Future Society.
- COELHO, T. in *Humanidades: um novo curso na USP*. São Paulo, 2001.
- DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papirus. 1994.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade* 100, Campinas, São Paulo, out. 2007, p. 921-946.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educação & Sociedade* 100, Campinas, São Paulo, out. 2007, p. 1129-1152.
- MAIA, Carmem. MATTAR, João. *ABC da EAD: a educação a distância hoje*. São Paulo: Perorson Prentice Hall, 2007
- MOREIRA, A. F. B. Formação de professores: da regulação à autonomia. In: Dourado, L. F. (Org.). *Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?* São Paulo: Xamã, 2009. p. 121-134.
- OLIVEIRA, H. L. G. LEIRO, A. C. R. Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco. *Pro-Posições*. Campinas, SP. v. 30, e20170086, 2019.
- OLIVEIRA, J. F de. Educação escolar e currículo: por que as reformas curriculares têm fracassado no Brasil. In: Dourado, L. F. (Org.). *Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?* São Paulo: Xamã, 2009. p. 49-58.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. (org.) *Política educacional. Impasses e Alternativas*. São Paulo: Cortez. 1995.
- SANTOS, J. L. 1986. *O Que é Cultura*. São Paulo: Editora Nova Cultura Brasiliense.
- SAVIANI, D. O 1994. trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In FERRETTI, C. J. et al. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar*. 2 ed. Petrópolis, Rj: Vozes.
- SOARES, A. S. A formação do professor da Educação Básica entre políticas públicas e pesquisas educacionais: uma experiência no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 443-464, abr./jun. 2014.